

Cinco anos sem razão

Cedo estão-se delineando no ambiente político as razões pelas quais o Presidente da República tornou fato ocioso ter obtido, da Constituinte, um mandato de cinco anos. A exaustão do modelo administrativo do Estado, denunciada pelo Chefe do Governo aos estagiários da Escola Superior de Guerra, na verdade trata da exaustão do próprio modelo de decisão política.

O Presidente da República tem sido um prisioneiro de um processo político que gera contradições em todas as suas intervenções e pronunciamentos, notadamente no âmbito da Constituinte. A classe política, com suas falhas operacionais, torna sempre necessária a presença de um chefe forte e autoritário, para desempatar suas distorções, quando deveria se apresentar como co-responsável de um processo evolutivo de mudanças sociais e econômicas, contribuindo com um grande pacto de vontades.

Em vez de poder desempatar as questões e reconduzir o País para seus leitos normais, a Presidência da República e o Poder Central, especialmente na fase de transição, apresentam-se tão combatidos como qualquer outra instituição organizada. O vetor de força da união está partido, e o Presidente vê-se obrigado a lutar, como qualquer outro responsável por setor institucional, para fazer valer seus argumentos.

Recentemente, o presidente Sarney se empenhou para o lançamento das bases de uma nova política industrial, esperando com isso situar o Brasil no nível dos mercados mundiais modernizados e de livre concorrência, exatamente como sempre, pediam os empresários brasileiros. Mas bas-

tuou que se lançasse a nova política para se formar um cone de silêncio no meio empresarial ante o temor de uma concorrência livre que leva à competitividade industrial e comercial.

Ao mesmo tempo, se os empresários da Fiesp, que tanto vêm defendendo uma nova ordem econômica, estão morrendo de medo da ordem de importação livre, que os desafiara a trabalhar em novas escalas de competitividade, alguns parlamentares do PMDB encarnavam essas visões progressistas na economia brasileira, mas não apresentaram fórmulas que não fossem as de novas reservas de mercado, para proteger suas próprias reservas de incompetência.

Por isso tudo é que o esforço pelos cinco anos de mandato foi inócuo, na medida em que o Poder Central não dispõe de instrumentais para intervir nas crises econômica e social, mas tão-somente para resolver as questões políticas. Sobram a inação do Governo, por escassez total de recursos (exaustão, como prefere o Presidente), e a paralisia da classe política, por contradição de raiz.

Todos os debates que se operam hoje no País trazem a marca dessas contradições: nesta semana por exemplo, o ministro Aureliano Chaves compareceu a um debate na Fiesp sobre privatização das empresas estatais. Teve de subir um tom de ênfase na sua defesa de um processo de estatização cauteloso, para que a privatização desvalorizada não se transforme em mais um negócio especial da nação que gosta de levar vantagem em tudo, como as concessões de pai para filho e de sogro para genro.